

O PEQUENO COMÉRCIO VAREJISTA NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE LONDRINA/PR

Guilherme Pereira Cocato¹; Edilson Luis de Oliveira²

Resumo: Este trabalho descreve e analisa a participação de Micro e Pequenas Empresas (MPE's) do comércio varejista na dinâmica socioespacial da Região Metropolitana de Londrina (RML). São descritas e analisadas, à luz da bibliografia e de aspectos empíricos, a concentração de empregos formais gerados em sete municípios da RML e a formação embrionária de novas centralidades, baseadas em MPE's varejistas no município de Londrina, que abriga a maior parcela da área urbana estudada. Esta análise envolveu o detalhamento das especificidades de sobrevivência destas MPE's, sua distribuição espacial e as possíveis centralidades urbanas para as quais contribuem. Verificou-se o grau de participação das atividades varejistas na economia local e estrutura espacial da RML, aferida por meio dos empregos formais gerados pelas MPE's de segmentos específicos do comércio varejista. A participação na estrutura espacial foi analisada por meio da formação de centralidades em subdistritos da área urbana de Londrina. Notou-se que as MPE's do comércio varejista respondem por parcela significativa dos empregos e da circulação/formação de centralidades urbanas, a partir de concentrações das chamadas condições gerais de produção. Conclui-se pela importância das MPE's dos segmentos analisados e, desta forma, com impacto direto na dinâmica socioespacial e econômica da RML e seu município principal.

Palavras-chave: Micro e pequenas empresas (MPE's); condições gerais de produção; centralidades urbanas.

INTRODUÇÃO

A urbanização brasileira é fonte de contínuo debate e de questões para a pesquisa, particularmente no que diz respeito às relações entre cidade, economia e espaço. É essencial analisar aspectos que envolvam este tema, pelos processos que formaram e regem o espaço urbano, que em sua essência é meio, produto e condição da produção e reprodução sociais (CARLOS, 2007). Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para 2016, a população urbana brasileira corresponde a 84,3% da população total, ou seja, algo em torno de 185 milhões de pessoas.

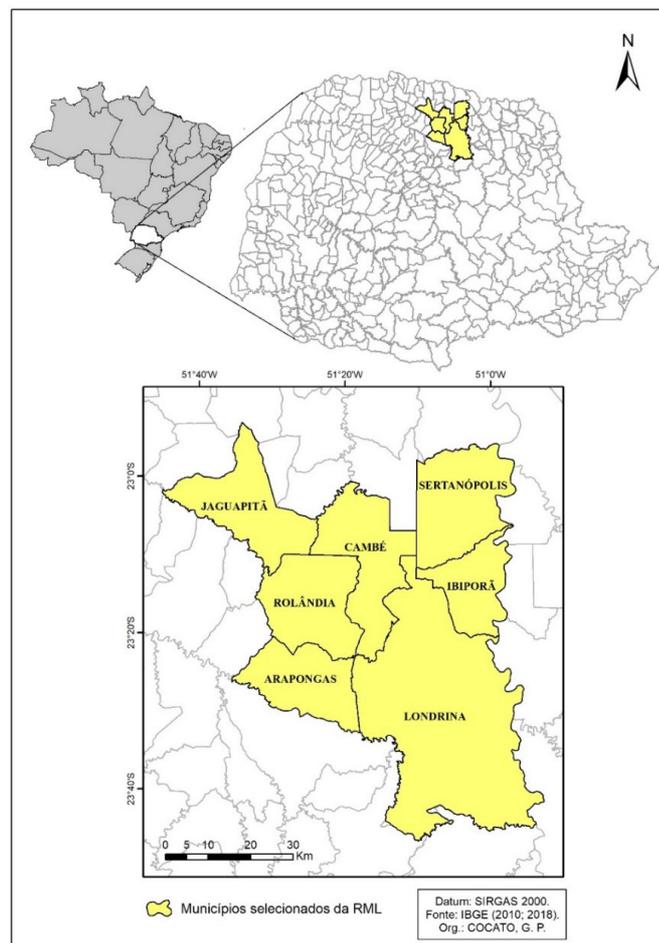
O rápido crescimento populacional das cidades causou transformações na sua estruturação interna e, no caso de Londrina-PR levou à formação de uma área urbana em que fluxos e fixos (SANTOS, 1993) integram o cotidiano de diferentes municípios em uma única aglomeração urbana, complexa e de diversos pólos de atração de atividades socioeconômicas. Assim, torna-se essencial compreender a sua dinâmica, as razões de suas formas se estabelecerem de determinada maneira e seus fluxos serem regidos por certos movimentos socioespaciais.

¹ Graduado em Geografia, Especializando em Ensino de Geografia pela Universidade Estadual de Londrina, guilherme_pereira@yahoo.com.br

² Doutor em Geografia Humana, Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, edilsonluis64@gmail.com

Como recorte espacial da pesquisa, foram escolhidos sete municípios (Figura 1) da RML, instituída em 1998 e atualmente com 25 municípios. Mas, com enfoque no município central (Londrina). São eles: Arapongas, Cambé, Ibiporã, Jaguapitã, Londrina, Rolândia e Sertãoópolis. Tais municípios foram selecionados por apresentarem 90,7% do número total de vínculos empregatícios da Região Metropolitana, em 2015 (RAIS). Para esta constatação levaram-se em conta os vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro de 2015, por meio da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS, 2015), vinculada ao Ministério do Trabalho³ (PDET; RAIS, 2015). Dos 274.492 empregos ativos ao final de 2015, nestes municípios, 58% tratavam-se de MPE's dos mais diversos segmentos.

Figura 1 – Mapa de localização dos sete municípios selecionados da RML.



Do ponto de vista da geografia econômica, teórica e empiricamente, a diversidade econômica presente na Região Metropolitana de Londrina (RML) pode ser representada pela

³ As análises contidas neste trabalho foram possíveis graças às informações disponibilizadas pelo Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), que permitem o acesso ao bando de dados da RAIS.

existência de micro e pequenas empresas (MPE's), consideradas como manifestações concretas da diversidade de capitais e de formas de trabalho, e que, por seus papéis na reprodução social de grande parte da população local e, portanto, por sua participação no cotidiano, são elementos merecedores de atenção e análise.

A escolha das MPE's, mais especificamente do segmento de comércio varejista, como objeto de pesquisa - por meio do qual se pretende compreender alguns aspectos da dinâmica socioespacial de Londrina e sua influência sobre os municípios de entorno – tem como objetivos identificar e analisar certas características dos empregos gerados por esse segmento, as formas de sua distribuição espacial ao longo da malha urbana, e suas possíveis conexões com o cotidiano das médias e grandes concentrações urbanas brasileiras, tendo como lastro justamente seus papéis na geografia econômica das aglomerações urbanas.

Na sequência, serão apresentados os aspectos teóricos que justificam e balizam este trabalho, destacando a importância da existência das MPE's para o meio urbano e seu caráter essencial na dinâmica do setor de comércio varejista. Em uma relação dialética, são influenciadas e influenciam pela/na materialização das infraestruturas intituladas condições gerais de produção. Em seguida explica-se os detalhes da metodologia, as ferramentas de pesquisa e análise utilizadas, com os respectivos resultados obtidos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Abordagem teórica

O espaço de uma cidade capitalista e, nesse caso, da aglomeração urbana que tem como centro Londrina, é feito de diversas subáreas caracterizadas por diferentes formas e usos. Essas diversas áreas que compõem a cidade diferenciam-se pelo conteúdo social e pelas atividades ali praticadas. Fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, o espaço urbano é também local de manifestação do simbólico e de lutas sociais (CORREA, 2003, p. 9). Pode ser considerado então como extremamente diversificado. Aprofundando esse raciocínio, parte-se da premissa de que um dos elementos essenciais para o crescimento das cidades, o funcionamento da economia urbana e a sobrevivência/reprodução social da maior parte da população urbana é a relação social de assalariamento.

Nesse contexto, os empregos formais gerados pelas MPE's e pelo comércio varejista permitem a presença, a continuidade e a reprodução dessa relação de produção tipicamente capitalista (LEFEBVRE, 1973) e, conseqüentemente, o nível de desempenho dessa atividade e a qualificação dos empregos gerados produzirá impactos na dinâmica socioespacial da RML. Justifica-se a escolha do setor de comércio varejista, pois este manteve sua representatividade em

torno de 16% do total de vínculos empregatícios nestes municípios, de 2006-2015, sem grandes oscilações (RAIS, 2015). E também por ser *locus* preferencial de atuação das MPE's.

Para analisar a dinâmica urbana da RML a partir de recortes espacial e temporal específicos e, neste contexto, analisar a participação das MPE's do comércio varejista, torna-se necessário explicitar alguns aspectos teóricos que possam fundamentar a identificação dessas relações e sua importância no âmbito da geografia econômica voltada para compreensão da economia urbana na escala local.

A fluidez espacial das trocas de bens e serviços provoca novas interações geográficas dentro da cidade. Esses movimentos espaciais repercutem nos diferentes setores da economia urbana e afetam os processos de competição e cooperação, podendo resultar em novas configurações geográficas intraurbanas e mesmo regionais. Esse tipo de movimento ligado ao comportamento espacial das MPE's pode ser tanto produtor, como produto de especializações no âmbito da divisão territorial do trabalho.

Dessa forma, não só o pequeno capital se torna altamente móvel, mas também os empregos gerados pelas MPE's se apresentam como potencialmente envolvidos em processos de reestruturação do espaço intraurbano das médias e grandes concentrações urbanas brasileiras e no âmbito da rede urbana. Esses padrões de mobilidade causam impactos diretos na estrutura socioeconômica e espacial das aglomerações urbanas. Dentre os fatores que permitem ou inibem a mobilidade dos pequenos capitais e dos empregos a eles conectados estão diversos aspectos do meio construído dessas aglomerações, dentre eles as chamadas condições gerais de produção. Ainda que essa afirmação não contenha novidades, ressalta-se que há uma subestimação desse fator explicativo no âmbito da geografia econômica das cidades.

Barata Salgueiro (1996) define que a importância do comércio transcende a transação comercial, pois o local do mercado é também local de informação, de contatos, de distração e ócio. É no comércio que se vê o “[...] embrião da vida urbana naquilo que ela pressupõe de interação, de troca em sentido *lato*, de produção da inovação. [...] o comércio e alguns serviços contribuem fortemente para definir a estrutura dos núcleos de povoamento e para a integração funcional dos bairros periféricos” (BARATA SALGUEIRO, 1996, p. 183).

Cleps (2004) resume que a partir da intensidade da urbanização recente, na segunda metade do século XX, com a modificação dos meios de transporte, comunicação, infraestrutura, especialização produtiva, aumento do volume e movimento das trocas, dos produtos, mercadorias e fluxos de pessoas, a importância do comércio tem se tornado ainda maior. As áreas comerciais se espalharam, multiplicaram e diversificaram ainda mais, mantendo suas características em alguns

aspectos e alterando-se em outros. Portanto, a localização do comércio varejista no interior das aglomerações urbanas tem fortes conexões com as condições gerais de produção (CGP).

De acordo com Marx (2011), as CGP são aquelas que tornam a produção possível e, além disso, também fomentam a produção, em maior ou menor grau. Na obra deste autor, apareceram inicialmente como “condições físicas da troca”. Nessa forma inicial de argumentação a respeito das condições gerais de produção, Marx as entende como algo a ser superado no espaço para a circulação do capital. Essa superação vem com o desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação, que se desenvolvem seletivamente no espaço, viabilizando o processo de (re)produção do capital.

As CGP podem ser categorizadas então como equipamentos de consumo coletivo que, direta ou indiretamente, se integram à reprodução do capital e ao meio físico urbano⁴, existindo como base essencial, física e material, para o incremento/viabilização das economias urbanas, o estabelecimento das MPE's e a consequente diversidade gerada pela integração destes processos. De acordo com Lencioni (2007, p.5),

Os equipamentos de consumo coletivos de conexão direta com o processo de produção do capital, necessitam da urbanização, tanto quanto antes, já que a urbanização enquanto aglomeração, é que permitiu avançar na diminuição do tempo de produção e do tempo de circulação. Aí, na diminuição desses tempos é que vamos encontrar explicações para o desenvolvimento do urbano.

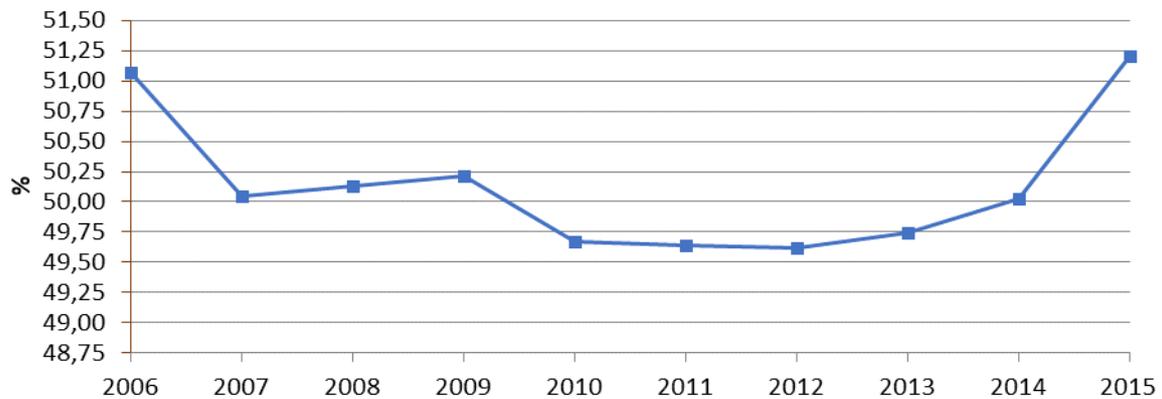
As CGP se concentram no espaço urbano. Essa concentração tem como consequência a especialização dos espaços urbanos para atender as dinâmicas específicas da reprodução do modo de produção capitalista. Podemos destacar que o urbano é uma das CGP. Segundo Lencioni (2007), o fato das condições gerais de produção estarem concentradas no ambiente urbano e, no caso da RML, no ambiente metropolizado, em conjunto com os meios de consumo coletivo para a reprodução da força de trabalho, possibilita uma maior velocidade na produção e reprodução do capital, tornando este território propício para determinadas atividades econômicas e gerando mais concentração/centralidades.

Acrescenta-se ainda que este artigo não trata do comércio varejista em geral, mas de MPE's deste setor, cuja mobilidade é ainda maior, assim como sua dependência das CGP. Passamos então a uma caracterização geral das MPE's e de sua importância na dinâmica socioespacial das aglomerações urbanas brasileiras. Segundo dados da RAIS (2015) para o Brasil, a participação das MPE's na economia urbana não se restringe ao momento presente. Em 10 anos, as MPE's foram

⁴ Lencioni (2007) nos elucida para a separação das CGP em dois conjuntos: os que mantêm conexão direta com o processo de produção e circulação do capital (bancos, serviços, circulação material e imaterial); e os que possuem esta conexão como indireta (escolas, hospitais, centros de lazer, esporte e cultura).

responsáveis por gerar algo em torno da metade dos vínculos formais urbanos no Brasil (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Participação das MPE's no emprego formal urbano brasileiro.



Fonte: RAIS, 2015.

Obs.: Foram considerados os vínculos formais gerados pela indústria, construção civil, comércio e serviços.

Segundo Guerra e Teixeira (2010), o peso econômico, social e político das pequenas empresas é um dado confirmado por diversas pesquisas, seja em termos de contribuição para o PIB, seja em termos de geração de empregos e diversificação da atividade produtiva. Matos e Arroio (2011) confirmam que estas têm sido reconhecidas cada vez mais como motores de desenvolvimento e responsáveis pela sustentação de grande parte da população brasileira. São fundamentais no número de empreendimentos, nos empregos e renda gerados (inclusive no recente cenário de crise financeira e estagnação econômica⁵) e no dinamismo gerado na estrutura produtiva voltado para o mercado interno de bens e serviços.

Podem inclusive servir como instrumentos fundamentais na luta contra a pobreza e a desigualdade socioeconômica e espacial, em âmbito nacional e local/regional, tendo as cidades como *locus* privilegiado, em razão das condições nelas presentes. Caracterizam-se então como fundamentais para os diversos momentos de reestruturação econômica pelos quais passa o capital, em suas diversas formas.

Solomon (1986) detalha que a pequena empresa busca atividades em que a grande empresa não possui tanto interesse ou eficiência. Também se tornando dominantes em atividades complementares, como o varejo e atacado, podem criar amplas redes de distribuição. Sempre que

⁵ [a pequena empresa] absorve os choques dos períodos de baixa e de incerteza na conjuntura econômica, desempenha muitas das tarefas menos compensadoras, porém necessárias, na economia e assimila a queda de resíduos provenientes das atividades de elevado risco. [...] proporcionam, outrossim, os amortecedores no ambiente econômico que protegem a lucratividade e o bem-estar das empresas de grande porte (SOLOMON, 1986, p. 10).

a grande empresa muda seus interesses, os pequenos empresários procuram formas de adaptação, inovando ou migrando de atividade. Ocupam mercados com menores dificuldades de entrada, utilizando mão-de-obra intensiva, baixo capital e poucos locais de operação, com administração quase que exclusivamente pessoal – e alto risco de dívidas. Prosperam com a mudança e diversidade.

Segundo Oliveira (2013), em face de papéis tanto sociais como econômicos, o segmento das MPE's vem chamando a atenção de pesquisadores e formuladores de políticas de desenvolvimento econômico e social. Atualmente, pode-se dizer que as preocupações com seus problemas específicos ocupam parte destacada da agenda de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico em diversos países (PUGA, 2002).

Ainda segundo Guerra e Teixeira (2010), apesar de sua importância, o ciclo de vida de uma parte substantiva das MPE's é relativamente curto. Existem muitas dificuldades para sobreviver aos dois primeiros anos de atividade, o que caracteriza uma alta taxa de mortalidade nesse segmento empresarial. No entanto, essa alta taxa de mortalidade não significa perdas em termos absolutos, pois ao mesmo tempo em que um empresário sai do mercado, ou migra, existem grandes chances de outro ocupar seu lugar.

Estes autores analisam que uma das vantagens das pequenas empresas seria a flexibilidade para adotar novos requisitos organizacionais e produtivos, baseado na demanda do mercado. Essas empresas seriam caracterizadas então por suas composições orgânicas de capital, menos desenvolvidas em termos tecnológicos; com baixa relação capital constante/variável; menor produtividade e menor escala.

Dentro da discussão realizada, reconhece-se a importância de certas características para a existência e manutenção das MPE's no recorte espacial analisado. Dessa forma, parte-se para o detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados para aferir a distribuição espacial das MPE's varejistas em Londrina e sua influência no recorte espacial do aglomerado urbano.

Metodologia

No Brasil, em razão da facilidade de pesquisa propiciada por bancos de dados como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), diversos trabalhos adotam o critério do número de empregados com base na classificação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2015). Nessa classificação, divide-se as microempresas e pequenas empresas dos setores de comércio e serviços daquelas que pertencem à indústria de transformação e construção civil. No caso dos setores de comércio e serviços são microempresas as que possuem

até nove empregados, e são pequenas empresas ou empresas de pequeno porte as que possuem de 10 a 49 empregados.

No filtro e tratamento de dados pela RAIS, optou-se pela seleção de vínculos ativos ao final do ano estudado. Esta escolha deveu-se à intenção de evitar informações duplicadas, no caso de indivíduos que tiveram mais de um vínculo empregatício ao longo do mesmo ano.

Utiliza-se também a classificação oficialmente adotada pelo Sistema Estatístico Nacional e pelos órgãos federais gestores de registros administrativos, para as seleções no interior dos setores econômicos. A partir da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0), na seção de “Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas” (intitulada ‘G’), foi dado enfoque à divisão de “Comércio Varejista” (‘47’). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Comissão Nacional de Classificação (CONCLA), sobre definições acerca da classificação dos estabelecimentos comerciais na CNAE 2.0:

Esta divisão [Comércio Varejista] compreende as atividades de revenda (venda sem transformação significativa) de bens de consumo novos e usados para o público em geral, preponderantemente para o consumidor final. O comércio varejista é organizado para vender mercadorias em pequenas quantidades ao consumidor final, representando, portanto, o último elo da cadeia de distribuição. Inclui tanto o comércio tradicional em lojas abertas ao público como o varejo por meios não tradicionais por catálogo, porta-a-porta, televisão, internet, etc. (CONCLA, 2017).

Dentro da divisão de Comércio Varejista, são classificados grupos de atividades comerciais determinadas, com seus respectivos códigos de identificação: Comércio Varejista Não-Especializado (471); Comércio Varejista de Produtos Alimentícios, Bebidas e Fumo (472); Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores (473); Comércio Varejista de Material de Construção (474); Comércio Varejista de Equipamentos de Informática, Comunicação e Artigos de Uso Doméstico (475); Comércio Varejista de Artigos Culturais, Recreativos e Esportivos (476); Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos, Perfumaria, Cosméticos e Artigos Médicos, Ópticos e Ortopédicos (477); e Comércio Varejista de Produtos Novos Não-Especificados Anteriormente e Produtos Usados (478).

Como proposta metodológica, foram selecionados seis grupos pertencentes à divisão de Comércio Varejista, por sua representatividade do número de vínculos empregatícios das MPE's. São eles: 471, 472, 474, 475, 477 e 478.

Para o objetivo de espacialização das MPE's foram utilizados os dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE), atualizados e divulgados em 2010 como produto do Censo Demográfico do IBGE para o município de Londrina-PR, a partir dos seus respectivos distritos, subdistritos e setores censitários. A escolha de um município entre os sete iniciais deveu-se a ajustes metodológicos, de acordo com as possibilidades disponíveis para a

pesquisa, e, mais importante, por este se apresentar como o centro urbano mais influente, complexo e dinâmico do espaço metropolizado em questão.

É imprescindível que se aprenda a filtrar, selecionar e combinar tais dados, pois trata-se de um cadastro de abrangência nacional, de endereços urbanos e rurais com informações sobre o uso do lote. Tem-se características essenciais como a localização e coordenadas espaciais dos endereços listados. Existem ressalvas, pois como Porto-Sales *et al* (2014) afirma, o CNEFE não foi produzido com o intuito de ser uma base de dados de atividades econômicas, então para o estudo de tais variáveis existem dificuldades inerentes à sua classificação. Deve-se, portanto, padronizar a ação de distinguir os estabelecimentos, evitando duplicações e traduzindo denominações diversas e expressões genéricas.

Por meio da variável “espécie de endereço”, foram removidos todos os endereços que representavam domicílios particulares, coletivos, estabelecimentos agropecuários, de ensino, saúde e em construção. Em seguida foi realizada uma triagem entre os endereços classificados como “de outras finalidades”, excluindo todos os que não fossem de clara atividade econômica. Finalmente, foram removidos os de uso industrial, atacadista e de comércio que não se enquadrassem nos seis grupos selecionados dentro da divisão de comércio varejista (47, seção G) proposto pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE, 2017).

Dessa maneira foi composta uma fusão na aplicação de duas ferramentas de classificação diferentes: a CNAE, na definição das atividades econômicas estudadas, no caso as atividades de comércio varejista pertencentes aos grupos escolhidos pela representatividade de MPE's; e o CNEFE, na delimitação de localização dos endereços das atividades econômicas pertencentes a estes grupos. Assim tem-se o processo de geocodificação, em que os dados delimitados pelo CNEFE (2010) e classificados de acordo com a CNAE, são transformados em informações espaciais e mapeados de maneira padronizada e confiável. Resultando então em uma base de localização das atividades comerciais pesquisadas por setores censitários, podendo-se aferir o seu padrão de distribuição espacial em níveis de concentração e dispersão pelo território.

A fusão entre os dados do CNEFE, da CNAE e da base de setores censitários exigiu adaptações e apresentou dificuldades decorrentes do grande número de dados que precisam ser tratados adequadamente e filtrados para que possam ser corretamente representados cartograficamente. Por essa razão, na etapa atual de desenvolvimento da pesquisa e da metodologia correspondente, apresentam-se apenas resultados relativos a descentralização/recentralização das micro e pequenas empresas do comércio na área urbana de Londrina. Isso se justifica também porque a dinâmica de concentração e dispersão do pequeno varejo em Londrina é ao mesmo tempo

reflexo da metropolização e indutora deste processo, sobretudo no que diz respeito à formação de uma morfologia socioespacial complexa.

Delimitados enfim os materiais e métodos necessários a este estudo, ordenados em uma sequência de atividades devidamente embasadas por seus respectivos referenciais teóricos. Na sequência parte-se para a apresentação dos resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da RAIS, foram levantados 274.492 vínculos empregatícios ativos ao final do ano de 2015 (nos sete municípios selecionados), sendo que o Comércio Varejista representou 16,82%, ou 46.171 empregos. Desse montante, 12,41% (34.071) tratavam-se de micro e pequenas empresas (MPE's), o que demonstra a real contribuição dos estabelecimentos deste porte para a geração de empregos e renda na RML. Juntos, os vínculos gerados pelas MPE's nos grupos selecionados (471, 472, 474, 475, 477 e 478) do Comércio Varejista perfazem 11,26% (30.920) do total de empregos dos municípios selecionados, ao final do ano de 2015.

No ano seguinte, em 2016, os empregos presentes nestes grupos representaram 11,40% (30.097) do total aferido nos mesmos municípios. Tais dados representam uma sólida base para o reconhecimento das MPE's como fundamentais na geração de empregos e renda nos municípios mais representativos da RML, atuantes principalmente no setor de comércio varejista, que é considerado como altamente dinâmico e essencial para a economia como um todo, inerente ao meio urbano.

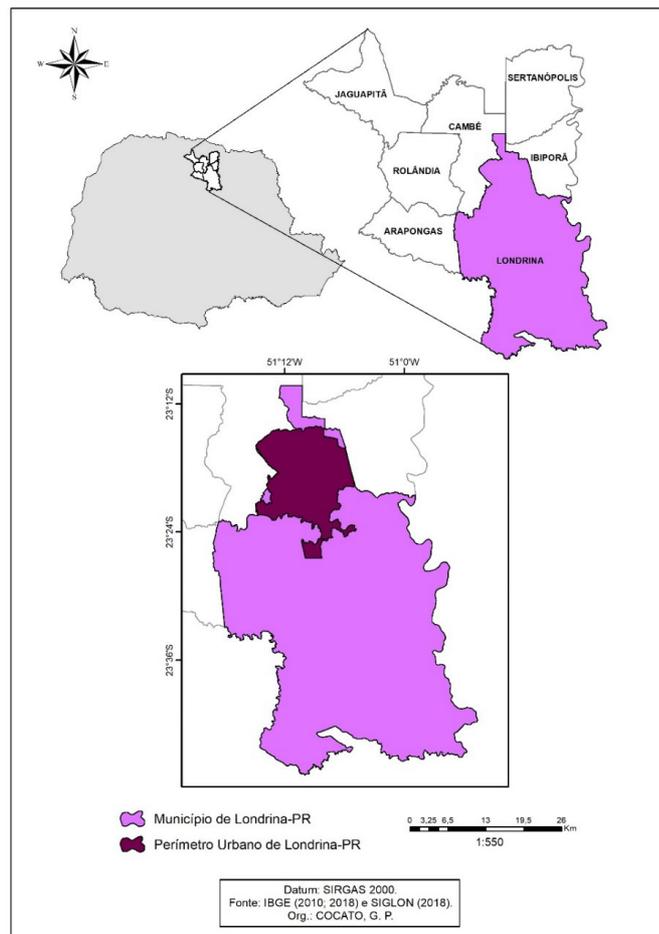
Trilhando uma sequência lógica de caracterização e posterior identificação das MPE's pertencentes aos grupos escolhidos de comércio varejista, foram elaborados produtos cartográficos para melhor visualização da distribuição espacial destas MPE's, desta vez somente para Londrina-PR, como já descrito anteriormente. Por serem dados do CNEFE, vinculados ao Censo Demográfico Nacional, esta espacialização representa as informações do ano de 2010.

De acordo com Porto-Sales *et al* (2014), os profissionais da ciência geográfica devem valorizar mais pesquisas que visem a sistematização de dados e informações. Existe uma pequena participação dos geógrafos na aplicação dos seus conhecimentos no planejamento e gestão urbanos e espaciais, e uma tendência de opor o conhecimento teórico ao desenvolvimento e aplicação de metodologias de caráter numérico e quantitativo. Para superar estas aparentes dicotomias, o CNEFE pode ser considerado como uma ferramenta importante, para diversas abordagens metodológicas.

Para a elaboração dos mapas foi utilizado o *software ArcGIS 10.3* e bases cartográficas do IBGE na escala 1:500.000 (2018). A partir do limite municipal de Londrina-PR, foi destacado seu

perímetro urbano, disponibilizado para fins de consulta e pesquisa pelo Sistema de Informação Geográfica de Londrina – SIGLON (Figura 2), por ser este o enfoque desta pesquisa e principal meio de estabelecimento das MPE's estudadas. De um total de 3.131 empresas deste porte identificadas em Londrina no ano de 2010, pertencentes aos grupos comerciais selecionados, 3.057 (97,6%) encontravam-se no perímetro urbano.

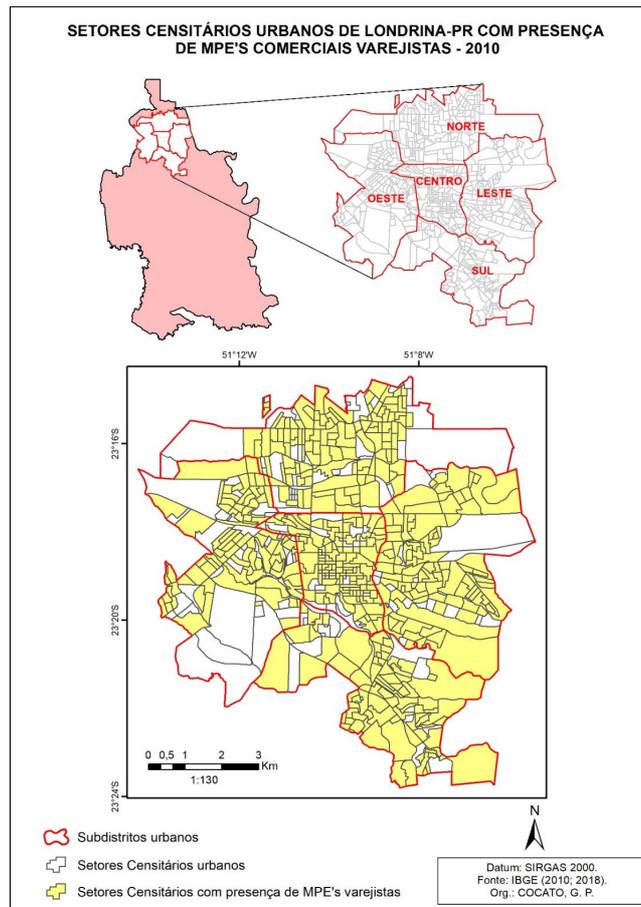
Figura 2 – Mapa de localização de Londrina-PR e seu perímetro urbano.



Para a espacialização das MPE's, foram utilizados os limites de distritos, subdistritos e setores censitários também presentes no Censo Demográfico do IBGE (2010). Optou-se por destacar o nível de detalhamento com início em cinco principais subdistritos, que correspondem à totalidade da área urbana do município.

Como exposto em sequência na Figura 3, os subdistritos urbanos podem ser divididos em Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste. Dentro deles estão divididos os setores censitários, em que se pode trabalhar no último nível de análise e menor recorte espacial disponível, sendo inclusive o mais detalhado. Foram destacados os setores com presença das MPE's dos grupos selecionados, sendo que os setores sem destaque não possuíam nenhum empreendimento pertinente a este estudo, no período da coleta de dados.

Figura 3 – Mapa dos setores censitários urbanos com presença de MPE's varejistas - 2010.



Percebe-se uma pulverização destas empresas na área urbana do município, em todos os subdistritos da cidade. Dos 652 setores censitários urbanos, 499 possuíam pelo menos uma MPE varejista (áreas destacadas na Figura 3), correspondendo à 76,5% da cidade. Na sequência, a Tabela 1 apresenta maiores detalhes.

Tabela 1 – Distribuição espacial das MPE's comerciais em subdistritos e setores censitários urbanos de Londrina-PR – 2010.

Subdistritos Urbanos	Quantidade de Setores	Quantidade de Setores com MPE's	Total (%)
Centro	147	119	80,9
Norte	153	114	74,5
Sul	102	82	80,4
Leste	121	96	79,3
Oeste	129	88	68,2
Total	652	499	76,5

Fonte: IBGE; CNEFE (2010).

As MPE's dos grupos selecionados de comércio varejista se apresentaram extremamente distribuídas e ramificadas pelas zonas da cidade, com presença na maioria dos setores censitários.

Estes dados reforçam a premissa de resiliência das MPE's, bem como sua capacidade de sobreviver, reinventar e proliferar em diferentes espaços urbanos, principalmente quando ligadas ao setor de comércio, e fortalecidas por sólidas infraestruturas (condições gerais de produção). Promovem assim um caráter diverso à cidade como um todo. Destaques para o centro e a região sul, com 80% dos setores existentes com presenças destas MPE's.

Tratando-se dos números absolutos das MPE's varejistas presentes em Londrina, seus subdistritos e setores urbanos, a Tabela 2 aprofunda:

Tabela 2 – Distribuição espacial das MPE's comerciais nos subdistritos de Londrina-PR – 2010.

Subdistritos	Quantidade de MPE's	% em relação ao total
Centro	1145	36,6
Norte	559	17,8
Sul	485	15,5
Leste	467	14,9
Oeste	401	12,8
Outros (rurais)	74	2,4
Total	3.131	100

Fonte: IBGE; CNEFE (2010).

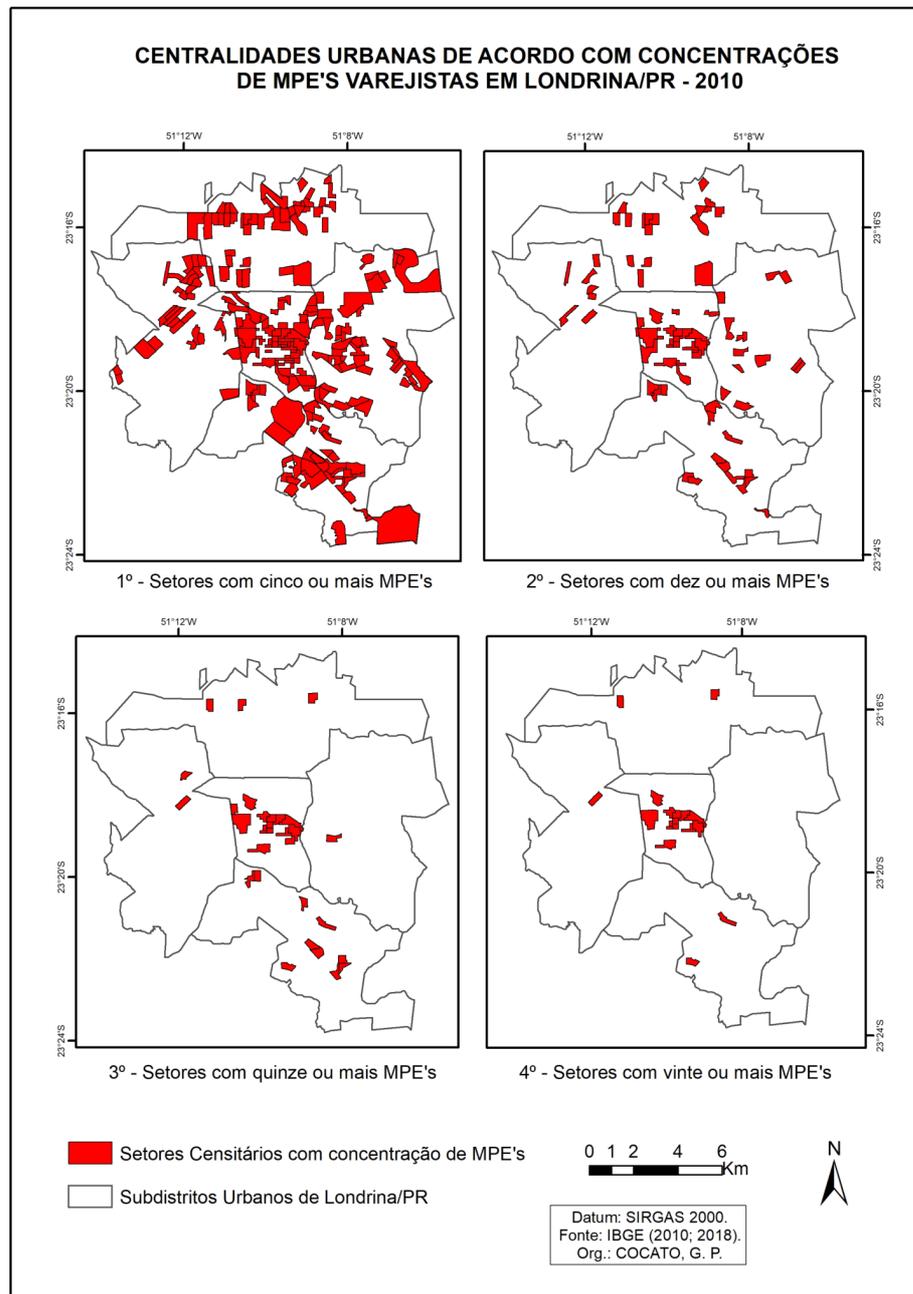
A partir dos números de estabelecimentos de MPE's varejistas, afere-se que o centro, apesar de estar praticamente empatado proporcionalmente com a região sul na quantidade de setores com presença de MPE's, ainda possui larga vantagem no que se trata da concentração destas empresas. Os outros subdistritos urbanos aparecem com números de aglomerações comerciais de MPE's muito próximas. Já a região oeste aparece tanto com números menores de MPE's, como de setores com a presença destas. Pode ser considerado como um indicativo de recorte espacial preferencial para futuras iniciativas e fomento de políticas públicas no que tange às MPE's e o setor varejista, tão importantes para a economia urbana.

Os dados de dispersão espacial de estabelecimentos comerciais varejistas de micro e pequeno porte em Londrina possuem uma grande representatividade perante toda a RML. Como exemplo de centralidade urbana no Norte Paranaense e de sua própria RM, Londrina apresenta-se como uma grande aglomeração urbana polinucleada. Segundo dados do Perfil da RML (2014), recortando somente os sete municípios de interesse desta RM, totaliza-se uma população de 894.272, com uma taxa de urbanização média de 93,39% e uma receita corrente total que ultrapassa os R\$ 1 bilhão e 700 milhões anuais. Somente o município de Londrina concentra cerca de 65% destes valores, possuindo polos de transporte (rodoviária e aeroporto) e exercendo enorme papel de atração. Não é diferente em termos de movimentação de fluxos econômicos e demográficos.

Aprofundando o debate acerca da influência das MPE's varejistas na dinâmica socioespacial de Londrina, a Figura 4 demonstra alguns exemplos de possíveis centralidades nos subdistritos da

aglomeração urbana deste município – a partir de diferentes níveis de concentração das MPE's estudadas.

Figura 4 – Mapa de possíveis centralidades urbanas a partir da concentração de pequenos comércios varejistas – 2010.



Correlacionando a relevância territorial e econômica do município com a presença concentrada – e ao mesmo tempo dispersa – das MPE's varejistas, lembra-se que o capital necessita se reproduzir, e como o consumo se concentra nas cidades, há uma tendência à especialização do comércio varejista, centralizações e concentração destas empresas (CLEPS, 2004). Surgem então

possibilidades e novos espaços para a produção e reprodução comercial, aliada à produção material do espaço intra e inter-urbana.

Pode ser percebida, portanto, a relação da urbanização com o surgimento de novas formas e equipamentos comerciais, assim como com o fortalecimento de concentrações e diversas centralidades do comércio varejista, por meio da expansão da malha urbana e do crescimento demográfico. A discussão acerca de reestruturações urbanas e novas centralidades é frequente no interior da literatura acadêmica deste segmento, e envolve aspectos não só espaciais, como também sociais e econômicos. De acordo com Beidack e Fresca (2011), o importante é compreender que as centralidades englobam certa concentração de atividades necessárias ao modo de vida urbano, impondo a noção de força e poder (seja da esfera pública ou privada). Lefèbvre (1999) inclui a dialética como fator essencial das centralidades, que podem ser entendidas como eternamente em movimento e transformação - se criando e destruindo - para renascer em novas localidades. Assim surge o termo “poli-centralidade” (LEFÈBVRE, 1999), que pode ser visto a partir do espalhamento dos estabelecimentos comerciais ao longo da malha urbana, na constituição de diferentes centros de atração com grande influência comercial.

Segundo Feres (2010), a consolidação de diferentes centralidades comerciais é fruto de diversos agentes sociais que influenciam na localização e realocação do comércio, fluxos de pessoas e serviços; assim como da estrutura citadina como um todo. É parte integrante da promoção aos fluxos do capital no interior do aglomerado urbano. Nesta perspectiva, o espaço deve ser tratado como materialidade social e *lòcus* da reprodução das relações sociais de produção e do próprio processo de reprodução socioespacial (SANTOS e SILVEIRA, 2008).

De acordo com Correa (2003), o estudo da metamorfose socioespacial urbana pode ser melhor compreendido pela propagação de subcentros comerciais que objetivam a ampliação da acumulação capitalista. Estas novas áreas, de maioria periférica, tornam-se polos de atração das classes e do comércio que as atende. “O comércio, na tentativa de atender aos anseios da população acaba representando um papel similar ao centro” (FERES, 2010, p. 3). O comércio assume papel determinante nestes subcentros, tanto para sua própria reprodução quanto para o atendimento da população de entorno em suas necessidades básicas.

No caso de Londrina, as centralidades expostas na Figura 4 exercem um importante fator de atração e concentração de atividades comerciais, que servem as áreas residenciais de seus entornos e constroem com elas uma relação de complementaridade. A Tabela 3 esclarece as porcentagens de MPE's que se concentram nos setores censitários em diferentes níveis, de acordo com os exemplos da Figura 4:

Tabela 3 – Níveis de concentração das MPE's varejistas nas possíveis centralidades urbanas em Londrina/PR – 2010.

Possíveis centralidades por quantidade de MPE's	Quantidade de MPE's nas centralidades	% das MPE's de Londrina nas centralidades	Quantidade de setores censitários nas centralidades
1º - Setores com cinco ou mais	2390	76,3	206
2º - Setores com dez ou mais	1537	49,1	75
3º - Setores com quinze ou mais	1025	32,7	31
4º - Setores com vinte ou mais	810	25,9	18

Fonte: IBGE; CNEFE (2010).

Tais dados reforçam a perspectiva de atração e concentração de tais estabelecimentos em diversos pontos do espaço urbano, além da relevância que tais centralidades comerciais varejistas podem representar para os habitantes de Londrina e seu aglomerado urbano. Ressalta-se que, dos maiores aos menores pontos de concentração de MPE's varejistas, estas centralidades reúnem uma significativa parcela destes estabelecimentos presentes na cidade (a menor taxa é acima de 25% das MPE's, presentes nos setores com vinte ou mais destes estabelecimentos) – ampliando sua influência à toda a malha urbana conurbada – e, contemporaneamente, em estado de metropolização.

O espaço urbano atual – metropolizado, que se caracteriza por ser um aglomerado multicentralizado, complexo, dinâmico e de difícil delimitação – tem, em seus fluxos, expansões e na formação contínua de novas centralidades comerciais, um aspecto marcante em sua própria reprodução (social e econômica). Inserida em uma nova fase de modernização capitalista, pautada pelas inovações tecnológicas e liberalização econômica, a metropolização é um processo de transformação do espaço urbano (MOURA, 2013).

Tais mudanças ficam marcadas na configuração espacial urbana através de características metropolitanas que se afirmam em malhas urbanas mais extensas e dispersas. As aglomerações se expandem, se concentram e com elas concentram os fluxos de pessoas, mercadorias e informações:

Longe de apenas reforçar aglomerações singulares, a metropolização passa a engendrar novas morfologias urbanas, muito mais articuladas e densas, ao mesmo tempo descontínuas, dispersas, sem limites precisos. Sustenta a ampliação geográfica do processo de acumulação, que fez com que a dispersão pelas empresas de seus processos produtivos, filiais e fornecedores tornasse as aglomerações metropolitanas as localizações mais capazes a oferecer as condições requeridas à valorização do capital (MOURA, 2013, p. 30).

É uma verdadeira transformação qualitativa, com mudanças de estrutura, forma e função do espaço urbano metropolizado. Segundo Moura (2013), este novo espaço possui limites dinâmicos e difusos; apresentando-se em processo de fragmentação territorial e segregação socioespacial. Emergem inúmeras cidades conurbadas com polinucleação e intensas redes de

fluxos; o crescimento demográfico cresce e intensificam-se os movimentos pendulares. São muitas características que pode-se encontrar na aglomeração urbana conurbada de Londrina-PR, que exerce uma influência marcante sobre as cidades de seu entorno, mas, ao mesmo tempo, apresenta algumas complexidades em seus limites, fluxos e estruturas metropolizadas.

A produção territorial do espaço/aglomerado urbano ultrapassa os limites da cidade, ao longo de seus eixos viários e de sua conurbação com cidades próximas. Lévy (1986) discute que as novas centralidades intra e inter-urbanas são resultantes de escolhas da sociedade:

A cidade é um sistema cuja lógica repousa sobre a troca entre os diferentes tipos de valor (econômico, sociológico, político, psicológico) produzidos na sociedade. O equivalente geral espacial é aqui a centralidade, paga em diferentes valores e retransformada, em seguida, nesses valores não espaciais. A concorrência entre habitações, indústrias, escritórios, comércios... é um exemplo de troca de valor da centralidade (p. 56).

Sendo as centralidades escolhas sociais, dotadas de amplo valor espacial - que posteriormente se transforma em outros valores - pode-se entender que as decisões que determinam as suas formações não são ao acaso, e sim ocorrem em diferentes escalas e esferas de poder. Para que as atividades comerciais ocorram e se reproduzam, é necessário que no meio urbano haja uma infraestrutura econômica e social condizente, como afirma Cano (2010, p. 10) “[...] exige a modernização – ainda que parcial – da infraestrutura local, o nível de formação técnica e educacional do trabalho, as condições de saúde pública, etc.”.

Estas estruturas (CGP) possibilitarão a superação de barreiras, e assim o capital mercantil tenderá à transformação em conjunto com o meio urbano, se expandindo, ramificando e diversificando. Novas formas do capital comercial, principalmente das atividades econômicas varejistas, podem significar um progresso material da sociedade urbana, incentivando novos fluxos, geração colossal de empregos, a melhoria das condições gerais de produção e da infraestrutura urbana como um todo (transportes, habitação e saneamento).

Descentralizações e recentralizações são criadas a partir de novas concentrações de estabelecimentos comerciais, dividindo e conduzindo os fluxos às novas áreas, alterando constantemente sua dinâmica e beneficiando diferentes núcleos habitacionais. Isto pode ser alcançado a partir da ocupação, concentração e dinamização de novos/velhos espaços da cidade por estas atividades comerciais, especialmente nas áreas periféricas, aonde grande parte da população foi excluída pela acelerada urbanização.

Dessa maneira, evidenciam-se como requisitos essenciais para as MPE's a implantação e manutenção de estruturas que funcionem como condição para a sua produção; assim como a formulação de políticas públicas efetivas, em que o Estado assuma o papel de promotor e facilitador da diversidade no meio urbano através da reprodução de diferentes formas econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A convergência entre conceitos, metodologias e dados expostos neste trabalho, e suas potencialidades para o estudo da influência das MPE's em Londrina e região, torna-se um possível instrumento de análise para o entendimento da inserção destas empresas na economia urbana contemporânea, e sua influência na diversificação das atividades da cidade e no espaço citadino como um todo.

Como exposto, o meio urbano tem uma representação preponderante na geração de empregos formais, geração de renda e conseqüentemente produção e reprodução econômica. Dentro deste contexto, as MPE's ligadas às atividades de comércio varejista possuem uma representatividade significativa. Caracterizam-se como fundamentais para momentos de reestruturação econômica pelos quais passa o capital globalizado.

Os mapas elaborados a partir de dados do CNEFE (2010) demonstram que estas empresas são influenciadas positivamente pelo meio urbano, aglomerando-se, distribuindo-se por este espaço e contribuindo para a diversificação das atividades na cidade. A diversidade urbana, caracterizada enquanto inevitável para a vida nas cidades se fortalecem quando atividades econômicas de diferentes ramos encontram, no meio construído, condições para a sua (re)produção e da vida social nas cidades.

Melhores condições materiais no meio urbano – as condições gerais de produção – podem contribuir para a conexão entre diferentes regiões de uma cidade e para os diferentes fluxos metropolitanos. As CGP ganham importância enquanto base material necessária também à produção capitalista, especialmente a que se realiza e depende da cidade e do urbano como modo de vida. Proporcionam então a consolidação das MPE's nas economias urbanas e conseqüentemente na geração de diversidade das cidades, sendo estes processos de encadeamento próprios a cada realidade em que se inserem.

No caso de Londrina e seus municípios de entorno, o presente estado de metropolização é uma possibilidade concreta, visto que diferentes centralidades econômicas, a partir das MPE's varejistas, se apresentam como dinamizadoras do espaço urbano, influenciando amplamente as formas e fluxos socioeconômicos ao seu alcance, tanto no ambiente intra como inter-urbano.

REFERÊNCIAS

BARATA SALGUEIRO, T. **Do comércio a distribuição: roteiro de uma mudança**. Lisboa: Celta, 1996.

BEIDACK, A. R. dos S.; FRESCA, T. M. Reestruturação urbana e novas centralidades: um estudo sobre a Zona Norte de Londrina-PR. **Boletim Geográfico**, Maringá, v. 29, n. 2, p. 147-163, 2011.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. Coordenação de Geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: 2016. Acesso em: 20 de julho de 2017.

_____. _____. **Bases e referenciais**. 2018. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais.html>>. Acesso em: 18 de jan. de 2018. Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

_____. _____. Censo Demográfico 2010. **Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE)**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/cnefe/default_cnefe.shtm>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

_____. _____. **Comissão Nacional de Classificação (CONCLA)**. Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). 2017. Disponível em: <<https://concla.ibge.gov.br/busca-online-cnae.html?view=estrutura>>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

_____. Ministério do Trabalho. Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET). **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)**. 2015-2016. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>>. Acesso em: 22 de maio de 2018.

CANO, W. **Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil**. Texto para discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 177, maio 2010.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano**: Novos Escritos sobre a Cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.

CLEPS, G. D. G. O comércio e a cidade: novas territorialidades urbanas. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 16 (30): 117-132, 2004.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4ª ed. Série Princípios. Editora Ática, 2003.

FERES, V. S. R. G. **Processos espaciais**: discutindo a descentralização. In: ANAIS DO III ENCONTRO DE GEOGRAFIA DO INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE, Campo dos Goytacazes, Rio de Janeiro, 2010.

GUERRA, O.; TEIXEIRA, F. A sobrevivência das pequenas empresas no desenvolvimento capitalista. **Revista de Economia Política**, vol. 30, nº 1 (117), p. 124-139, 2010.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. Da UFMG, 1999.

LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Revista Scripta Nova**, Barcelona, vol. XI, nº 245, 2007.

LÉVY, J. Centre-ville: toutes directions. **Espaces Temps** (33), p. 50-58, 1986.

LONDRINA. **Perfil da Região Metropolitana de Londrina**. 2014. Disponível em: <<http://www.londrina.pr.gov.br>>. Acesso em: 16 de julho de 2017.

_____. **Sistema de Informação Geográfica de Londrina (SIGLON)**. 2018. Disponível em:

<http://www.londrina.pr.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=20114&Itemid=1988>. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858 - esboços da crítica da economia política. São Paulo/Rio de Janeiro: Boitempo/EdUFRJ, 2011.

MATOS, M. P. de e ARROIO, A. **Políticas de apoio a micro e pequenas empresas no Brasil**: Avanços no período recente e perspectivas futuras. Documento de Projeto. Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), Chile, 2011.

MOURA, R. **Configurações espaciais na metropolização brasileira**. In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL RED DE INVESTIGACIÓN SOBRE ÁREAS METROPOLITANAS DE EUROPA Y AMÉRICA LATINA (RIDEAL), Medellín, Colombia. E-Metropolis, n° 13, ano 4, 2013.

OLIVEIRA, E. L. **Políticas públicas e dinâmica territorial das micro e pequenas empresas paraenses no período 2000-2010**. In: X ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA (ENANPEGE). Campinas, 2013, p. 6907-6919.

PORTO-SALES, A. L. *et al.* Pesquisa em Geografia Urbana: Desafios e possibilidades de análise espacial com o uso do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CNEFE). **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 36, v. 2, p. 81-103, 2014.

PUGA, F. P. **O apoio financeiro às micro e pequenas empresa na Espanha, no Japão e no México**. (Textos para Discussão n° 96). IPEA: Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1993.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no século XXI. São Paulo: Record, 2008.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa**. 7ª ed. São Paulo, 2015.

SOLOMON, S. **A grande importância da pequena empresa**: a pequena empresa nos Estados Unidos, no Brasil e no mundo. Ed. Nórdica. 1986.

SPOSITO, M. E. B. O papel das políticas públicas na produção do espaço urbano brasileiro: o que temos e o que não temos. In: PAES, T. **Geografia, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais**. Dourados: Editora da UFGD, 2013, p. 39-58.